

Dossiê

Territorialidades virtuais negras: as diversas formas de (r)existência no ciberespaço

DOI: <https://doi.org/10.14244/agenda.2024.3.1>

Wesley Ribeiro Cantão Silva

Graduando do Curso de Licenciatura em Geografia pelo Instituto Federal do Pará (IFPA). Integra o Núcleo de Pesquisa em Educação e Cibercultura (NUPEC) do IFPA.

E-mail: wesley.ribeiro72@hotmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-7092-0587>

Gabriela Guimarães Silva

Graduada em História/Licenciatura pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Graduanda do Curso de Bacharelado em Serviço Social (UFPA). Integra os Grupos de Estudos e Pesquisas Educação e Justiça Social (EDUJUS) e INTERFACES – Relações étnico-raciais, gênero, geração, encarceramento e corpo em territórios amazônicos (UFPA).

E-mail: gabrielaguima3@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-6008-0002>

Paulo Victor da Silva Ribeiro

Graduado em Direito. Graduando em Letras pelo Instituto Federal do Pará (IFPA). Integra o Núcleo de Pesquisa em Educação e Cibercultura (NUPEC) do IFPA.

E-mail: paulo16_vsr@hotmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5841-4500>

RESUMO: Historicamente, o racismo contra pessoas não-brancas é parte estruturante da sociedade brasileira. A população negra é a que mais sofre com este estigma, por conta do passado escravista e sua não inserção social pós-abolição. Excluídos de diversos âmbitos sociais e políticos, incluindo as mídias, a população negra, atualmente, ainda sofre consequências desse período. Porém, segue resistindo e ressignificando espaços, sendo o meio digital, um desses lugares de resistência e ressignificação. A partir desta perspectiva, este artigo investiga a apropriação emergente do movimento de negritude no interior do ciberespaço, analisando dois perfis no Instagram, respectivamente @africanizeoficial e @sitemundonegro. Por meio da literatura especializada e da netnografia enquanto metodologia, constatou-se que, ao se apropriar do espaço virtual, a comunidade negra expressa suas territorialidades virtuais/negras, linha de frente no combate ao racismo no ciberespaço.

PALAVRAS-CHAVE: Ciberespaço; Instagram; Negro; Negritude; Territorialidades.

Recebido em: 03/06/2025

Aprovado em: 13/10/2025



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

1 Introdução

O Brasil possui uma herança escravocrata que se manifesta de formas distintas na sua realidade social da colonialidade. Desde o advento da colonização, a exploração de suas terras foi engendrada pela escravização da população negra. A promulgação da Lei Áurea em 1888, responsável por abolir a escravidão no território brasileiro, não foi o suficiente para sanar as questões imbricadas à exploração dos negros, tendo em vista que não foram criados mecanismos pelos governantes para a inserção deste contingente populacional à sociedade vigente.

Por se tratar de um país de tamanho continental, “o fim da escravidão e as reconfigurações sociais no pós-abolição tiveram também contornos regionais específicos” (Rios; Mattos, 2004, p.174). Mas em suma, os ex-escravizados e/ou seus descendentes, em grande maioria, passaram ocupar espaços à margem da sociedade, sendo relegados a habitações precárias, horas exaustivas de trabalho com baixa remuneração, alimentação pouco nutritiva, acesso à saúde e educação quase nulos, gerando desta forma déficit na sua ascensão social desde então.

A exclusão da população negra do país foi arquitetada por diversas esferas, o embranquecimento se efetivava no quadro social do período colonial mediante o estupro de mulheres africanas e/ou a sua prostituição por brancos, gerando desta forma uma miscigenação forçada pelo sistema escravista, onde pretos e pardos, este último resultado da interação sádica entre homens brancos e mulheres africanas, povoavam e faziam girar a roda econômica da colônia luso-brasileira (Nascimento, 2016). Em outras palavras, como delimita Novais (1997, p. 28), “a miscigenação foi, assim, ao mesmo tempo, um canal de aproximação e uma forma de dominação, um espaço de amaciamento e um território de enrijecimento do sistema”.

A partir de meados do século XIX, teorias eugenistas foram difundidas pela elite letrada brasileira, e a miscigenação passou a ser estimulada por setores científicos que bebiam da fonte do darwinismo social, ao conceber seu ideário de melhoramento racial, classificavam todos os não brancos como seres inferiores, passíveis de aperfeiçoamento apenas na medida em que se aproximasse dos fenótipos da brancura. O Brasil fincou este ideário intelectual racista e passou a incentivar a miscigenação de sua população por meio de políticas imigratórias para que o embranquecimento fosse alcançado através das futuras gerações, como previa os escritos científicos de Arthur de Gobineau¹, influenciando a elite intelectual do país (Nascimento, 2016).

Como podemos perceber, a tentativa de genocídio do povo negro, como bem salienta Nascimento (2016), foi arquitetada desde os primórdios da colonização brasileira, a investida no apagamento étnico africano influenciou na ausência de consciência racial, bem como o não reconhecimento de que somos um país racista. A partir do século XX, essas premissas se alicerçaram ainda mais no imaginário popular brasileiro, seguindo o rumo de uma estratégia histórica, política e intelectual, ensejada, desta vez, pelo sociólogo Gilberto Freyre (2019) e a democracia racial:

¹ Influente intelectual francês que escreveu obras como; “Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas” (1985), onde formulava ideias a respeito da superioridade da raça europeia ariana.

Freyre cunha eufemismos raciais tendo em vista racionalizar as relações de raça no país, como exemplifica sua ênfase e insistência no termo morenidade, não se trata de ingênuo jogo de palavras, mas sim de proposta vazando uma perigosa mística racista, cujo objetivo é o desaparecimento inapelável do descendente africano, tanto fisicamente, quanto espiritualmente, através do malicioso processo do embranquecer a pele negra e a cultura do negro (Nascimento, 2016, p. 43).

A concepção Freyriana foi responsável por disseminar a ideia de que o período da escravidão foi mais brando em terras brasileiras do que em outras sociedades escravocratas, e que os atores sociais indígenas, negros e brancos, viviam em harmonia nas suas relações. Em outras palavras, uma visão romantizada das relações inter-raciais, não denunciando as assimetrias racistas que conformam nosso país desde o início da ocupação portuguesa no território (Haufbauer, 2000). Além disso, exaltou o advento da miscigenação e embranquecimento cultural negro contribuindo para uma perspectiva racista em todos os âmbitos da discussão étnico-racial.

A democracia racial entranhou na sociedade brasileira de tal modo que, durante tempo significativo foi o principal discurso a respeito do povo brasileiro. Roger Bastide e Florestan Fernandes, em colaboração, na obra intitulada: “Brancos e negros em São Paulo” (1959), foram responsáveis por lançar luz a esta farsa teórica, chamando-a de “mito”, por mostrarem a falsa simetria nas relações étnico-raciais do Brasil e a hierarquização racial presente, onde pessoas negras estavam na base inferior da sociedade.

Autores negros como Nascimento (2016) e Gonzales (2020), foram intelectuais/militantes que a partir da década de 1970, passaram a fazer críticas contundentes aos postulados de Gilberto Freyre, denunciando os imperativos racistas de sua obra e o mito envolvendo esta teoria. Desde então, o Movimento Negro avançou no enfrentamento a esta e a outras perspectivas científicas racistas que se espalharam na educação formal e nas relações sociais brasileiras, e como diria a perspectiva antropológica de Damatta (1990), o imbricamento destas nuances teóricas e sociais, conformariam o “racismo à brasileira” tal qual conhecemos até os dias de hoje.

Delineando a história das relações étnico-raciais brasileiras, evidenciamos que estas construções racistas não são naturais, mas que fazem parte de um arcabouço complexo, intencionalmente criado para manter a hegemonia do branco inserido nas classes sociais mais abastadas. Todavia, essa hegemonia passou a ser constantemente questionada e confrontada por grupos organizados, entre esses grupos, a comunidade negra.

Dentre as reivindicações do movimento negro, a busca por identidade foi imediatamente uma das principais pautas para o enfrentamento do racismo no Brasil, pois parte significativa da população afro-brasileira tentava se distanciar desta identidade tão desmoralizada socialmente ao longo da história. Partindo deste pressuposto, esta pesquisa se ancora no conceito de negritude (Munanga, 2019), que versa sobre o enfrentamento da tentativa de apagamento identitário da população negra.

Com base na retomada do passado ancestral comum de negros e negras de África e em diásporas, Munanga (2019), por meio da consciência histórica, visa resgatar uma identidade coletiva para combater as nuances racistas impostas desde o período colonial e que se reconfiguram na

atualidade. A busca dessa identidade negra confronta principalmente o complexo de inferioridade que o racismo perpetua. Dito isso, faz-se válido salientar que:

A negritude não se refere somente à cultura dos povos portadores da pele negra que de fato são todos culturalmente diferentes. Na realidade, o que esses grupos humanos têm fundamentalmente em comum não é como parece indicar, o termo negritude à cor da pele, mas sim o fato de terem sido na história vítimas das piores tentativas de desumanização e de terem sido suas culturas não apenas objeto de políticas sistemáticas de destruição, mas, mais do que isso, de ter sido simplesmente negada a existência dessas culturas (Munanga, 2019, p.20).

Organizados nos espaços geográficos, suas pautas também começam a se materializar nas esferas midiáticas digitais. Inseridos no *ciberespaço*, a comunidade negra passou a ocupar este espaço emergente com o intuito de reivindicar e visibilizar suas pautas historicamente negadas, uma vez que o campo midiático também é um campo de exclusão para esta população.

Com o advento da internet na década de 60, em contexto de guerra fria, e sua utilização para fins militares naquele período (Israel, 2021), o mundo passou por grandes avanços tecnológicos, mudando, ao médio e longo prazo, radicalmente, vários âmbitos da sociedade, sendo o campo da organização e luta política um desses campos.

Isso se deu, subsequentemente, com a possibilidade de conexão em rede por meio de aparelhos eletrônicos como computadores e celulares que foram acompanhados, posteriormente, com a chegada das redes digitais, apresentando-se a partir de uma horizontalidade, visto que possibilitam a solidariedade e o companheirismo dos atores que se organizam contra as forças verticais e opressoras existentes no interior da sociedade (Castells, 2017). Relegado para a comunidade negra no século XX, embora tenha existido tentativas de alternativas midiáticas voltadas à negritude, foi só a partir do século XXI, por meio da luta organizada e a expansão de direitos civis, que ocorreu a inserção da população negra de forma expressiva no campo midiático.

Destaca-se, nessa via, a utilização e apropriação do ciberespaço. Isso permitiu que a negritude ressignificasse este espaço virtual, servindo como agente de mudanças sociais e para a expressão de territorialidades virtuais (Fragoso; Rebs; Barth, 2011) negras a partir de suas próprias narrativas e não a partir dos estereótipos e marcadores sociais que estigmatizavam a comunidade negra no século passado (Almeida; Pinto, 2021), sobretudo por conta de um processo de escravidão que estruturou a sociedade brasileira.

Nesse sentido, esta pesquisa investiga as formas de territorialidades negras no interior do ciberespaço, a qual se dá a partir do processo de apropriação deste espaço virtual, e como este processo tem implicações na sociedade brasileira para além da virtualidade, isto é, como essas implicações causam mudanças na materialidade dos espaços geográficos e promovem novas pronúncias existenciais não hegemônicas (Amorim, 2024).

Alicerçados na netnografia (Kozinets, 2014) enquanto metodologia de pesquisa e em diálogo com a literatura especializada acerca do objeto de investigação, analisamos dois perfis na rede social Instagram, respectivamente “@africanizeoficial” e “@sitemundonegro”. Visto que as novas tecnologias

informacionais possuem uma relação dialética entre o capitalismo, colonialismo e o racismo, se mostrando em ascensão no presente mundo globalizado, buscamos contribuir para o estudo mais aprofundado acerca da temática de resistências ao que Faustino e Lippold (2023), denominam colonialismo digital. O objetivo central foi identificar as múltiplas territorialidades virtuais negras expressadas na rede social do Instagram e quais são seus impactos para o avanço de direitos, cidadania e visibilização das comunidades negras brasileiras e o enfrentamento ao racismo nos espaços físicos e virtuais historicamente e estruturalmente racistas.

2 O Movimento Negro e o Ciberespaço

Historicamente, grupos socialmente minoritários têm suas pronúncias invisibilizadas em relação às pronúncias hegemônicas. Isso também acontece com populações de regiões que são vistas apenas como lugares a serem explorados economicamente, como é o caso da Amazônia brasileira, a qual a externalidade não considera a diversidade existencial presente em seu interior (Amorim, 2024).

No âmbito das mídias tradicionais e digitais, essa relação de silenciamento ainda existe, ainda que seja em menor grau quando comparado a uma década atrás. Hoje, no meio midiático, há, de fato, uma apropriação por sujeitos com pronúncias não-hegemônicas, havendo uma territorialização de tais aparatos técnicos e tecnológicos que ampliam essas falas de acordo com suas realidades territoriais (Pace; Zanotti, 2024).

Assim como os espaços físicos, o espaço virtual, extensão do espaço físico, também constitui um campo de poder e dominação de determinados grupos ou sujeitos sobre outros. Essas relações assimétricas tornam o ciberespaço um ambiente de conflitos entre os indivíduos. Nessa perspectiva, Israel (2021) entende a internet como um campo de poder em disputa constante por apropriação, formado por forças verticais, hegemônicas, associadas ao controle da narrativa e da infraestrutura técnica, e por forças horizontais, originadas da sociedade civil, de grupos e movimentos sociais que buscam participação, protagonismo e apropriação de um espaço historicamente negado.

Quando analisado a questão da negritude (Raul, 2019) nos ajuda a compreender a inserção da comunidade negra no ciberespaço ao investigar a escrita preta no mundo virtual. Para ela, o ciberespaço proporciona formas de socialização as quais estão para além das centralidades, permitindo um olhar mais ampliado e delicado sobre as perspectivas históricas, políticas, econômicas, sociais e culturais de determinados grupos sociais que se integram ao meio digital com o intuito de expandir suas pautas dado a possibilidade de difusão midiática, enunciado, de forma digital, suas espacialidades geográficas (Serpa, 2015).

A apropriação virtual negra emerge na década de 2000, a partir da criação do *Orkut*, em 2004, possibilitando a população negra a ocupar o espaço virtual de forma mais expressiva, organizando-se virtualmente e contemplando negros e negras de várias partes do país cujo principal objetivo era compartilhar conteúdos autorais, posicionamentos, reivindicações, entre outros assuntos relacionados

a negritude (Correia, 2018). É uma ocupação a qual avançou expressivamente, mormente com a democratização da internet para as camadas populares.

Assim, por meio das redes sociais, o protagonismo negro vem ganhando cada vez mais visibilidade dentro do ciberespaço, sendo apropriado por diversas comunidades com o principal intuito de dar visibilidade e ampliar pautas historicamente negadas para a comunidade negra brasileira, principalmente por conta da construção histórica, material e simbólica o qual território brasileiro foi forjado. São novas formas de ativismos que consideram a autorrepresentação dos sujeitos no interior da virtualidade (Oliveira, 2016; Coelho, 2024).

3 Metodologia

O campo de nossa análise se delimita ao ciberespaço, dentre as diversas narrativas presentes neste espaço virtual, direcionamo-nos a buscar o que grupos sociais vinculados à temática da população negra publicam em seus respectivos perfis. A expressividade de grupos sociais na *internet* é bastante densa e volátil, por este motivo, o trabalho se baseou em parâmetros específicos, os quais são responsáveis por nortear a pesquisa. Por meio da netnografia, foi possível estabelecer padrões em nossas abordagens e técnicas online, assim como observar o comportamento e interações nos perfis analisados.

De acordo com a literatura especializada, a netnografia é uma pesquisa etnográfica adaptada à internet, que se utiliza da observação participante para investigar de forma ética, a complexidade dos mundos virtuais e seus marcadores sociais, que são conectados a um emaranhado de significações próprias da cultura online. Em outras palavras, é por meio da netnografia que os pesquisadores tentam compreender tais fenômenos compartilhados por computadores e outros aparelhos eletrônicos (Kozinets, 2014).

Se apropriando das etapas de um estudo netnográfico, nosso trabalho selecionou como interesse focal duas páginas distintas presentes na rede social do Instagram, rede social popularmente conhecida na internet. Este aplicativo foi criado em 2010, por Kevin Systrom e Myke Krieger. Inicialmente, a sua funcionalidade privilegiava o compartilhamento de fotos e vídeos, entretanto, com o passar dos anos, a rede social passou por diversas atualizações, possibilitando novas características de interação entre seus usuários. Muito além de apenas fotografias e vídeos, nos dias de hoje, temos por exemplo, perfis publicitários individuais ou de empresas que buscam criar conteúdo em vários formatos para atingir milhares de pessoas (Oliveira, 2022).

Atualmente, no Instagram, há diversas comunidades virtuais que compartilham o mesmo interesse e fazem publicações frequentes sobre temáticas específicas. Como dito anteriormente, esta pesquisa demarcou as territorialidades negras e suas nuances presentes em dois perfis populares no Brasil, que diariamente fazem publicações sobre negritude. Tais perfis são o @africanizeoficial e @sitemundonegro.

Sob a égide da netnografia, inferimos em nossas análises três variáveis: “Autoestima”, “Denúncias” e “Política”, as quais possibilitaram nortear nossas buscas acerca das territorialidades virtuais desses perfis (Fragoso; Rebs; Barth, 2011). Todas as postagens feitas no período que compreende 1 (um) mês, a contar do dia 22 (vinte e dois) de janeiro até o dia 22 (vinte e dois) de fevereiro do ano de 2024 (dois mil e vinte quatro), que se enquadram nas variáveis propostas pelo trabalho, foram coletadas e inseridas em nosso banco de dados.

Ao minerarmos os dados presentes em nossas fontes, utilizamo-nos primeiramente da abordagem quantitativa, para dimensionarmos a quantidade de dados coletados pela pesquisa, de acordo com as suas variáveis, datas e perfis responsáveis pela publicação. Levando em consideração a riqueza de informações angariadas por nosso estudo, criou-se a necessidade de incluirmos a análise qualitativa, a fim de que possamos lançar luz na subjetividade de cada variável e no que isso implica para o caráter geral de nossa investigação. Portanto, nossas observações foram metodologicamente amparadas por uma abordagem mista, traduzindo números para suas significações subjetivas e a semiótica presente em cada publicação.

Cabe ressaltar que este trabalho integra uma análise específica sobre a temática das territorialidades negras, sem a pretensão de oferecer uma resposta homogênea ao fenômeno cultural apresentado. Considerando que existem outros espaços virtuais, perfis e páginas nos quais é possível obter informações sobre essas territorialidades, os elementos do ativismo presentes nas pautas raciais e difundidos em ambientes virtuais apresentam uma série de singularidades que devem ser discutidas de forma mais aprofundada em outros estudos.

28
Buscamos contribuir para o debate mais amplo a respeito de tais reflexões teóricas e, para tal, partimos do pressuposto de que a comunicação mediada pela internet influencia o espaço geográfico e a identidade cultural (Fragoso; Rebs; Barth, 2011), uma vez que esses espaços estão em relação interação direta (Alencar; Silva; França, 2024). À vista disso, contemplamos as benesses de territorialidades negras existentes somente nas páginas da @africanizeoficial e do @sitemundonegro, que assim como são influenciadas, influenciam o mundo material no qual estão inseridas.

4 Enegrecendo o virtual

Em um país onde o racismo faz parte do cotidiano e opera no plano institucional, estrutural e simbólico, influenciando trajetórias individuais (Silvério, 2002), o debate sobre a negritude, iniciado há décadas por ativistas e acadêmicos, ganha destaque nos espaços virtuais de perfis como @africanizeoficial e @sitemundonegro, fomentando reivindicações que ultrapassam o epicentro privilegiado das elites letradas e promovem a socialização da consciência sobre as relações étnico-raciais.

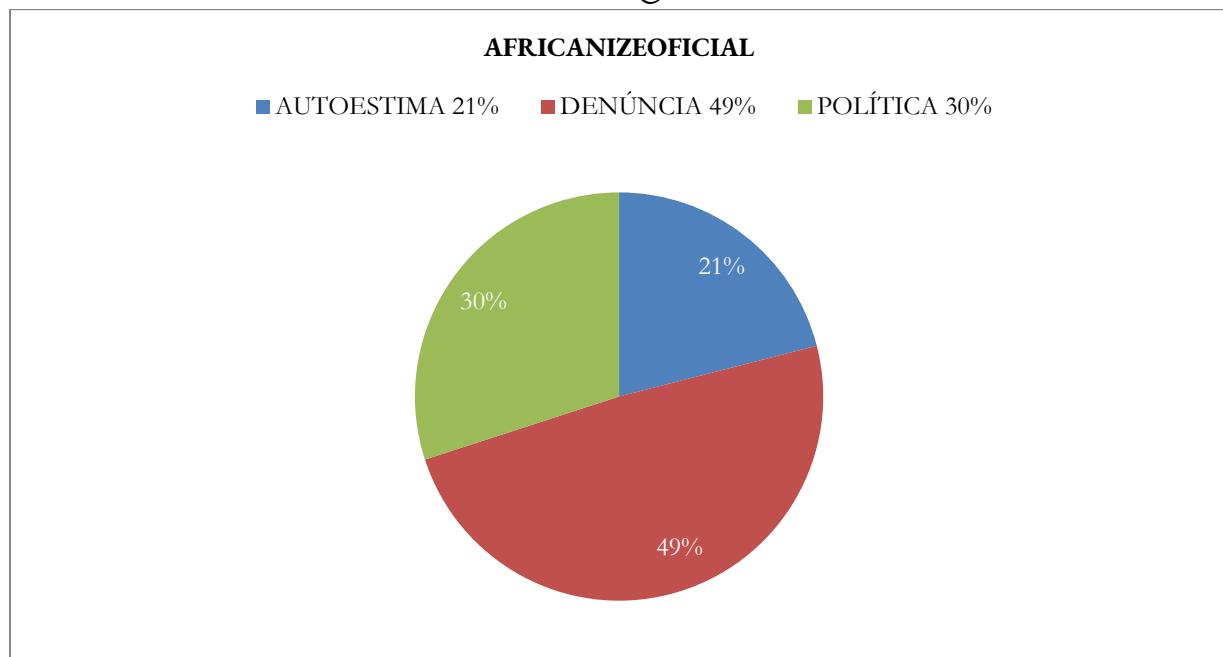
Nossa investigação propõe uma abordagem minuciosa para o trato das territorialidades virtuais presentes no ciberespaço, mais especificamente o protagonismo de páginas que discutem a temática da negritude de maneira diversificada. O espaço protagonizado por esses agentes sociais no mundo virtual

tem sido uma ferramenta relevante no enfrentamento antirracista da sociedade civil organizada. Ao demarcarmos o quantitativo de publicações nas categorias propostas pela pesquisa, conseguimos dimensionar que essas porcentagens, para além de números, se misturam à experiência individual e coletiva de todos os indivíduos, entrelaçando uma teia de (re)significações no atual contexto brasileiro.

Assim, os dados que serão apresentados e analisados posteriormente, sob à luz da netnografia, corroboram com a concepção aqui adotada em relação ao ciberespaço. Os metadados das publicações, ainda que tenham uma limitação espacial por motivos de carência de recursos para uma pesquisa etnográfica com os administradores dos perfis, evidenciam o engajamento, quantitativamente e qualitativamente, da comunidade negra no *Instagram*.

Em nossa análise foi possível quantificar o número de vezes em que as variáveis selecionadas por nossa pesquisa apareceram, levando em consideração o período em que observamos determinadas páginas. No que diz respeito a página @africanizeoficial, obtivemos 08 publicações referentes a categoria autoestima, 18 postagens categorizando denúncia e 11 postagens sobre política. Esses números foram devidamente representados em um gráfico e transformados em porcentagens de um total de 37 publicações.

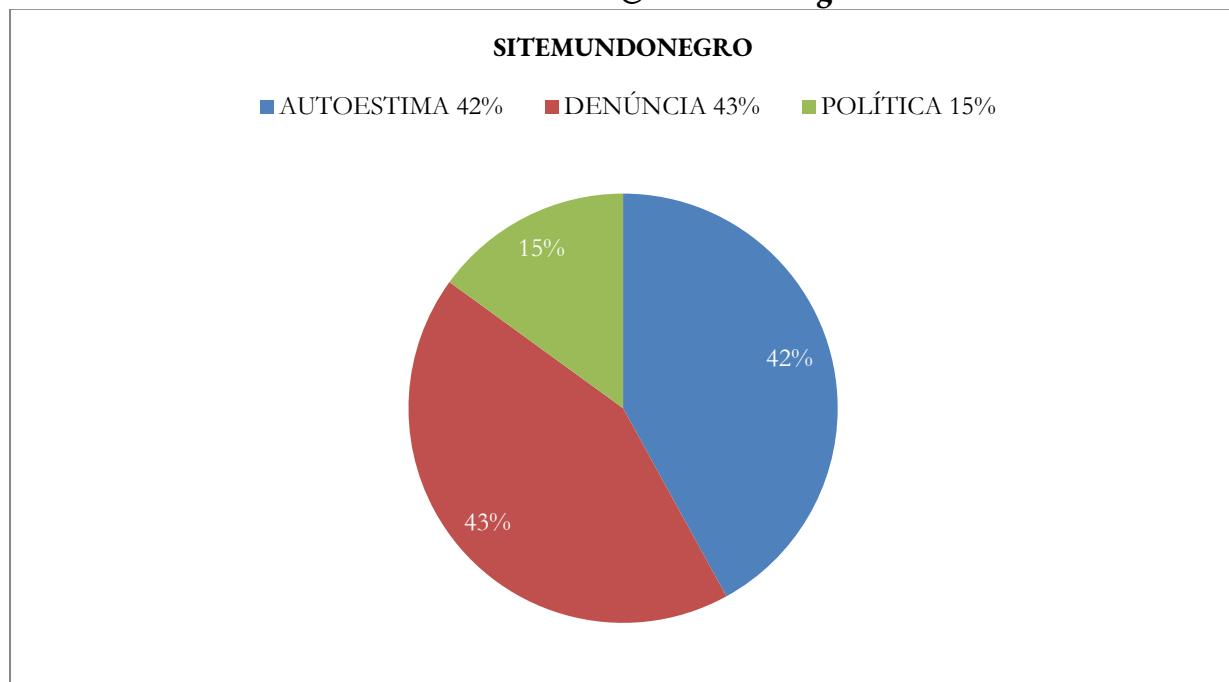
Gráfico 1 - Perfil @africanizeoficial



Fonte: Banco de dados dos autores.

Na página do @sitemundonegro, também representamos os resultados em formato de gráfico e o transformamos em números percentuais. Na variável autoestima, obtivemos 17 publicações, já na categoria de denúncia, 17 publicações, e, por fim, no campo da política, um total de seis. No gráfico a seguir, segue tal representação.

Gráfico 2- Perfil @sitemundonegro



Fonte: Banco de dados dos autores.

Em relação ao campo da variável "autoestima", constatou-se um percentual respectivos nas páginas de 21% e 42%, evidenciando uma presença significativa de postagens relacionadas à autoestima da comunidade negra no perfil analisado. As publicações, dentro desse âmbito, apresentam uma diversidade notável, revelando a preocupação das páginas em manter suas publicações dinâmicas, mesmo abordando uma temática específica.

30

Os posts dentro desta variável são diversificados, abordando desde a presença de personalidades negras no *Paris Fashion Week*, por exemplo, até compilações de vídeos sobre a beleza negra e suas múltiplas formas de penteados para cabelos afro. Ao analisarmos qualitativamente os dados coletados e armazenados, percebemos que há uma presença significativa de publicações, sobretudo em forma de vídeos curtos, relacionadas ao cabelo afro, denominado pelo perfil como "coroa".

Essa nomeação retira o cabelo afro de um olhar preconceituoso e estigmatizado perante uma sociedade racista, comparando-o, assim, a um elemento de valorização e apreço, enfatizando suas múltiplas formas "descoladas" e *fashions* de penteados, influenciando e encorajando cada vez mais as pessoas a aceitarem suas "coroas", dando uma nova forma de se compreender e aceitar o cabelo afro, desta vez, sem o olhar pautado no racismo e padrões ocidentalizados.

O perfil do @africanizeoficial possui um quadro chamado Ponto de Vista, onde é feita a cobertura de *shows* e festivais. Em entrevista com os artistas Mc Cabelinho e Tz da Coronel, o correspondente Will Marinho pergunta aos cantores a importância de tocar na Bahia, o reduto negro mais importante do Brasil. Ambos ressaltam a emoção por estarem sendo ovacionados por fãs negros e residentes das favelas, e se mostram orgulhosos de seus trabalhos representarem a possibilidade destas pessoas também alcançarem seus sonhos, assim como eles conquistaram por meio da música.

Os artistas misturam gêneros musicais como Funk, Rap e Trap, nascidos e difundidos em comunidades negras norte-americanas. Logo estes estilos musicais se popularizaram pelo mundo todo, suas letras parafraseiam críticas sociais, denunciam injustiças e vislumbram equidade perante as mazelas sociais oriundas do sistema capitalista. Subvertendo estereótipos e criando possibilidades, a ascensão de artistas negros, cantando estilos musicais que enaltecem a identidade afrodescendente, fortalece a luta contra as tentativas de epistemicídios culturais da população negra.

Nas respostas dos artistas, podemos identificar que ambos reconhecem as dimensões de sua arte em forma de resistência para a valorização de aspectos da identidade negra. Não só Mc Cabelinho e Tz da Coronel, mas muitos artistas negros, de origens periféricas, conseguem ascender socialmente e continuam a fundamentar sua arte no estilo periférico. Mesmo fazendo parte de outra classe social, por conta do contexto de seu sucesso, a periferia ainda representa parte significativa de seus estilos musicais e identidade artística (Facina, 2023). A @africanizeoficial, ao reservar uma entrevista com dois dos artistas mais conhecidos nacionalmente na atualidade, demonstra compromisso para a difusão de aspectos que elevam a autoestima da produção musical do povo negro periférico.

Entendemos que tal preocupação dos perfis com a questão da autoestima da comunidade negra se apresenta como uma medida contra hegemônica, principalmente quando consideramos que esses espaços digitais são reflexos da sociedade e suas conformações racistas, sendo assim, no ciberespaço, ainda é comum, por via de regra, se destacar uma visibilidade maior da beleza branca em detrimento da beleza de pessoas negras. Assim, ao enfatizar o corpo e a cultura negra, o perfil possibilita uma valorização estética de tal comunidade.

31 Compreendemos que esse movimento de autoestima presente nas páginas soma-se ao empoderamento de pessoas negras. Assim, assumindo a linha teórica de Berth (2019), que demonstra o empoderamento como uma resposta de enfrentamento individual e coletivo aos diversos dispositivos de opressão aos quais a comunidade negra pode estar suscetível, a união de pessoas em torno desses vieses de empoderamento negro fortalece a causa do combate ao racismo.

Nas páginas analisadas, tal empoderamento pode iniciar-se a partir da representação que os sujeitos negros possam identificar nas postagens relacionadas à autoestima, uma vez que se identificam com as publicações relacionadas neste campo, tendo em vista que, de forma majoritária, vemos em evidência corpos e suas vivências enquanto sujeitos negros serem exaltadas. As postagens analisadas costumam ter um número significativo de curtidas, comentários e compartilhamentos, demonstrando o engajamento das publicações por parte dos seguidores que acompanham com frequência as postagens do perfil.

Com isso, entendemos que os perfis @africanizeoficial e @sitemundonegro, ao se proporem a criar e divulgar conteúdos relacionados à comunidade negra, se apresentam como uma mídia paralela frente a mídia hegemônica branca já estabelecida. Isso se dá por conta que o ciberespaço, enquanto um espaço virtual, quando apropriado pela comunidade negra, transforma-se um importante colaborador para a difusão midiática referente à valorização do corpo, da cultura e das identidades negras (Dias; Andrade; Cardoso, 2022). Expressar autoestima negra também é uma forma de expressar

territorialidades no ciberespaço, principalmente quando compreendidas a partir de uma concepção geográfica, estando diretamente ligada ao espaço físico material onde a resistência negra tem sua gênese histórica.

Assumir uma determinada forma de cabelo, escutar gêneros musicais criados pela e para população negra marginalizada, assumindo características estéticas que remetem a uma identidade que sofreu tentativas de exclusão cultural na sociedade ao longo dos séculos, é uma forma de legitimação individual e coletiva, acompanhada de orgulho e de reafirmação de identidade à qual o sujeito pertence. Portanto, entendemos esse processo como territorialidades negras, remetendo-nos diretamente à negritude, a um corpo enquanto território e a um território intrinsecamente de resistência e existência.

Na variável denúncia, o percentual do perfil @africanizeoficial foi de 49% e o do @sitemundonegro 43%, o que revela o compromisso social dos perfis em relação aos casos de racismo envolvendo a comunidade negra brasileira e, em alguns casos específicos, a comunidade negra internacional. Ao dar visibilidade para os casos de racismo enfrentados no cotidiano de uma pessoa negra, os perfis contribuem para uma ampla repercussão do crime, fazendo o que não passe despercebido por seus seguidores e tampouco sejam esquecidos, cobrando, na maioria das publicações relacionadas a tal problemática, providências das autoridades competentes diante dos casos.

As postagens que obtivemos em relação às denúncias são bem diversificadas, contendo várias formas de reprodução dos crimes de racismo e injúria racial, a exemplo de agressões verbais e físicas, entre outros. Catalogamos, por exemplo, o caso do motoboy negro que foi atacado com uma faca por um homem branco, quando as autoridades policiais foram alertadas para fazer a contenção da situação, abordaram de maneira truculenta o homem negro, vítima da tentativa de esfaqueamento. O caso ocorreu no bairro Rio Branco em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, na manhã do dia 17 de fevereiro de 2024.

Enquanto tentavam conduzir o motoboy de forma violenta até a delegacia, cerca de três policiais o cercaram, puxaram sua blusa, mesmo sem ele ter apresentado nenhum tipo de postura inapropriada, o algemaram e tentaram lhe jogar dentro do camburão da viatura. Durante o ocorrido, o agressor, um homem branco, conversava tranquilamente com o restante dos policiais e nenhuma das autoridades lhe direciona a mesma ostensiva semelhante a direcionada para o motoboy negro, mesmo que, segundo informações denunciadas por vídeos dos presentes no local, o criminoso estivesse portando uma faca, objeto com o qual desferiu o golpe no pescoço da vítima.

No caso citado acima, mesmo que na condição de vítima, o homem negro foi estigmatizado pelos agentes policiais racistas e poderia ter caído no limbo do sistema criminal brasileiro, onde pessoas negras são punidas de forma sistêmica e suas garantias de direitos são ameaçadas, pois:

A figura do criminoso abre espaço para todo tipo de discriminação e reprodução, com total respaldo social para isso. E ao retornarmos os dados que demonstram que há um grupo alvo predominante entre a população prisional, ou seja, que é considerada criminosa, temos aí uma fórmula perfeita de escamoteamento de um preconceito que é racial primordialmente (Borges, 2019, p.21).

A postura da Brigada Militar, instituição na qual os agentes envolvidos no caso pertencem, denuncia a relação estabelecida entre o Estado e o Racismo, caracterizando uma de suas várias roupagens: o racismo institucional. Estabelecendo normas padronizadas através do poder, estas instituições são responsáveis por normalizar e naturalizar condutas racistas, indo além da esfera individual e condicionando essas individualidades à manutenção de estereótipos e discriminações contra o segmento populacional de pessoas negras (Almeida, 2019).

A necropolítica nos evidencia como se criam mecanismos para legitimação de mortes na sociedade. Por meio do poder soberano de grupos hegemônicos, controlam as taxas de mortalidade e determinam quem vive. Para ter possibilidade em meio aos cidadãos nas formas de matar, cria-se inimigos fictícios, que devem ser exterminados do convívio social. O racismo é um dos principais aparatos da necropolítica para que a política de mortes seja aceita socialmente (Mbembe, 2021).

A militarização das polícias no Brasil, contemporaneamente, é a instituição que mais exerce essa necropolítica imbuída no racismo contra afrodescendentes. Situações como esta do motoboy, não são casos isolados. Diversas são as notícias veiculadas que divulgam investidas racistas da polícia, subjugando, encarcerando e matando de forma visceral a população negra, principal alvo destas políticas de mortes quase que naturalizada na institucionalidade.

Em nossas fontes, ainda na variável de denúncias, achamos pertinente mostrar o caso de assédio virtual sofrido pela fundadora da página @africanizeoficial. Tudo aconteceu por conta da notícia divulgada pelo perfil, a respeito da condenação por danos morais de Dayane Alcântara, socialite que fez comentários racistas à filha da família Gagliasso. Dayane não gostou de ter essa notícia exposta pela página, além de postar vários storys marcando o perfil da página e de sua CEO Wanessa Fernandes, mandou mensagens privadas dizendo que era filha de negro, que sofria racismo, juntamente com a frase “Fogo nos negros”².

A página mostrou as imagens da conversa virtual em que Dayane assedia os envolvidos na divulgação da notícia e os vídeos que ela faz debochando da situação. Em resposta, Wanessa Fernandes disse que sua equipe jurídica já estava cuidando da situação e ressaltou o seu compromisso antirracista nas redes digitais, denunciando o que acontece no Brasil e no mundo e envolva a temática racial. Percebemos que, por se colocar em uma posição de denunciantes, os responsáveis pelo perfil não são isentos de sofrerem as repressões derivadas do racismo.

Davis (2016) é bem categórica ao apontar que práticas antirracistas precisam estar alinhadas a movimentos que visam combater o racismo. Em uma de suas frases mais famosas, salienta que em uma sociedade racista, não basta não ser racista, é necessário ser antirracista. Esse ideário é evidente não apenas na postura do caso de assédio sofrido pelo perfil pessoal da CEO e pela página @africanizeoficial, mas também conseguimos identificar no gerenciamento de situações de ambas as páginas, ou seja, o @sitemundonegro também se dispõe virtualmente a partir deste prisma.

² Esta frase foi deturpada por Dayane Alcântara, tendo em vista que a frase original remete a luta antirracista no Brasil. Popularizada pelo rapper Djonga, “Fogo nos racistas”, faz parte de uma das canções do artista que simboliza o movimento combativo contra o racismo, denunciando e responsabilizando as pessoas que são racistas.

Evidenciando os dados obtidos com a netnografia, percebemos que os perfis abordaram as várias formas de reprodução e perpetuação do racismo, alguns envolvendo violência verbal e física, outros envolvendo o racismo mais velado e despercebido por todos aqueles que não o sofrem, mas que acontecem e são denunciados no interior dos perfis para os milhares de seguidores que ali se fazem presentes.

Os crimes de racismo são espacializados, ou seja, cometidos na materialidade dos espaços geográficos, e, ao serem abordados no ciberespaço, são digitalizados e midiatizados, contribuindo para sua denúncia e circulação, sobretudo quando levamos em consideração que nem toda vez a mídia tradicional dá visibilidade para os casos, principalmente quando são casos sem grande repercussão que não envolve alguma personalidade da mídia.

Em nossa última análise, temos o percentual envolvendo o campo da política, englobando as porcentagens 30% do @africanizeoficial e de 15% o @sitemundonegro, sendo este último significativamente menor que todos os outros campos analisados anteriormente. A quantidade do percentual não torna a variável da política menos importante para este estudo, entretanto, requer uma atenção mais minuciosa.

Entende-se, aqui, que a política vai para além da política institucional, ou seja, para além de cargos políticos nas diferentes escalas decisórias (Rodrigues; Azevedo, 2020), tais como cargos institucionais nos municípios, unidades da federação (estados) e União, representada pelo Governo Federal. Compreendemos a política enquanto um campo de disputas por horizontes possíveis de sociedade de acordo com os interesses dos sujeitos, envolvendo as articulações da população civil, do grande capital, dos movimentos sociais organizados e outros campos que entram em constante conflito visando seus interesses públicos e privados. É uma arena constante de conflitos promovidos e encabeçados por parte de todos que estão no interior do território disputando e defendendo seus mais diversos interesses (Castro, 2005).

Ao coletarmos e analisarmos os dados, percebemos que os perfis deram ênfase a casos políticos além da esfera institucional, como no post de opinião publicado em 29 de janeiro de 2024, relacionado ao mês da visibilidade trans e escrito por mulheres trans negras a partir de uma perspectiva política. Isso revela que o perfil não se limita a questões do campo político, destacando também outras formas de organização da sociedade civil que expressam a política de diferentes maneiras.

Assim, as mídias digitais proporcionam que os mais diversos grupos sociais demarquem o ciberespaço a partir de suas vivências da materialidade, difundindo suas mensagens, ideais, lutas e reivindicações, reforçando, desta forma, o debate político (Polastrini; Concha; Costa, 2021). Dessa maneira, as relações políticas manifestadas no ambiente virtual, ensejadas por atores sociais que levantam a bandeira da negritude, estão diretamente ligadas às relações políticas dos espaços geográficos, e as ações e articulações políticas expressas no ciberespaço acabam por impactar na espacialidade desses espaços, surtindo efeitos para os agentes promotores de tais ações.

Todavia, mesmo que as postagens não tenham se concentrado necessariamente no âmbito político governamental, ainda assim houve notícias da esfera pública envolvendo questões referentes à

negritude. Destaca-se, por exemplo, o encontro realizado em 2 de fevereiro de 2024 entre o ex-Ministro dos Direitos Humanos e Cidadania, Sílvio Almeida, e jornalistas de veículos de comunicação distintos, incluindo o perfil @africanizeoficial. Mostra como a página se coloca em seu compromisso político frente às questões referentes à temática racial. Segundo informações da postagem, nesta reunião foi apresentado o balanço da gestão do Ministro em 2023, bem como debates incluindo a guerra cultural, o racismo e os atos que marcaram os 60 anos da Ditadura Civil Militar brasileira.

Segundo o correspondente, o ex-ministro Sílvio Almeida também aproveitou para denunciar o racismo que sofreu em seu cargo de liderança no atual Governo Federal. Principalmente por parte da mídia comercial que ataca sua personalidade e suas ações frente às deliberações de sua cadeira de comando. O fato do convite do ex-ministro se estender a página, demonstra que os políticos reconhecem e legitimam o perfil como um repositório e divulgador de informações de seriedade sobre a negritude.

Não que seja necessária a validação por parte governamental, para que agentes se disponham a se organizar socialmente em prol de alguma causa, porém esta dimensão não pode passar despercebida em nossas análises, tendo em vista que corrobora em um dado importante, visto que, a política de proximidade com movimentos e a sociedade civil organizada, é uma característica marcante das políticas ensejadas pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e o seu Projeto Democrático Participativo (Ferraz, 2019).

A crítica a esse aparelhamento ao partido, por conta de seu caráter mais progressista em sua conduta política, de acordo com Ferraz (2019), se dá pelo fato de que isso recai a uma ação mais branda nas reivindicações diretas por parte destes movimentos sociais – podendo não ser o caso em destaque – e sendo priorizada desta forma, estratégias de cooperação e silêncios colaborativos. Contudo, faz-se necessária a ocupação desses espaços políticos, permanecer em diálogos constantes com os dirigentes estatais e/ou municipais, distritais, se atentando sempre aos modismos da institucionalização de movimentos sociais, para que isso não impossibilite a autonomia de confrontos e resistências.

Como mencionado anteriormente, o percentual obtido em relação a política deve ser analisado mais cuidadosamente, em razão de sua disparidade em comparação aos demais percentuais. Nossa enfoque se dá na quantidade de postagens relacionadas a política institucional, pois há diversos políticos negros atuantes dentro da esfera da política institucional brasileira, em todos as escalas geográficas.

Acreditamos que postagens envolvendo ativistas e políticos negros, preocupados e engajados com as pautas relacionadas à negritude e aos direitos humanos, também são formas de dar visibilidade para a comunidade negra brasileira, uma vez que esses espaços de poder foram vetados no passado e, atualmente, ainda enfrentam dificuldades relativas à inserção de negros e negras no poder político institucional. Fato este que se materializa na disparidade entre políticos brancos e negros presentes nas três esferas de poder que compõem o território brasileiro.

Não sabemos, convictamente, quais são as pretensões e intenções políticas das páginas. O que pode envolver, talvez, uma aproximação não direta com a política institucional ou partidária, o que é

compreensível, haja vista que isso significaria apoio direto a determinados políticos, partidos e grupos, podendo tangenciar os interesses do perfil. Apesar desse fator, isso não anula a credibilidade dos perfis, pois ainda sim há publicações envolvendo o campo da política para além da institucional e partidária, visibilizando notícias referentes ao âmbito político, democratizando o acesso à debates políticos envolvendo a temática racial.

Assim, as relações da materialidade dos espaços geográficos são transportadas para o ciberespaço, com destaque para o âmbito da política (Alencar; Silva; França, 2024). Isto é, quando a internet é democratizada pela e para a sociedade civil, as pessoas tendem, por meio da conectividade, a se organizar politicamente. Percebe-se, assim, que as novas formas conectividade e difusão midiática via redes digitais se apresentam como um paradigma frente às práticas hegemônicas e exclucentes.

Investigando as práticas de ativismo no ambiente digital, Sarmento e Viana (2022, p. 162) salientam que:

É preciso observar como diferentes movimentos sociais tiveram suas atuações reconfiguradas a partir do uso de mídias digitais, especialmente como produtores de conteúdo e conhecimento, atravessados por uma dinâmica frequente de compartilhamento própria da ambiência digital.

Assim, notamos que estes perfis são meios de diálogos que possibilitam o enfrentamento da população negra, suas comunicações engajadas e comprometida com o protagonismo e a visibilidade de vozes historicamente silenciadas pelo racismo estrutural, é a possibilidade real de ampliação de suas falas e seus anseios por mudanças sócio-políticas que levem em consideração a multiplicidade de suas demandas, utilizando-se, assim, das mídias digitais paralelas, neste caso, o Instagram (Esteves; Cal, 2023).

Sob formulações de Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021), é possível identificar, em uma perspectiva interseccional, que as territorialidades negras presentes nos perfis do @africanizeoficial e @sitemundonegro, abarcam diversas categorias, mas se tratando da tríade Autoestima - Denúncia - Política, evidencia-se questões de gênero, classe, geração e território e como todos esses marcadores sociais estão relacionados com a questão étnico-racial de pessoas negras.

Para além das interações de categorias de maneira horizontalizadas, ao invés de hierarquizadas, a interseccionalidade enquanto ferramenta teórico-analítica, ao constatar marcadores sociais da diferença, pode contribuir na análise de pessoas negras em contexto brasileiro, levando em consideração questões referentes à escravidão, mito da democracia racial e colonialismo (Collins; Bilge, 2021). Sendo assim, percebe-se a correlação entre o viés da interseccionalidade e a crítica ao racismo científico-social ensejado pelo movimento negro e outros aliados ao enfrentamento do racismo.

Ressaltando Castells (2017), que comprehende as redes digitais como espaços de solidariedade e indignação promovidos pelos sujeitos que ocupam o ciberespaço de forma horizontal, isto é, a população civil. Tais horizontalidades vão confrontar as verticalidades hegemônicas presentes na internet – em seus aspectos materiais e imateriais (Israel, 2021) – proporcionando uma conectividade comprometida com as pautas sociais que afetam diariamente a vida dessas populações. Assim, essa

conectividade em massa vai para além dos interesses do grande capital que se apresentam a partir da hegemonia midiática.

O percentual analisado, envolvendo os casos de denúncias, por exemplo, se aproxima da compreensão de Castells, visto que é por meio da conectividade em massa, horizontal e contrahegemônica, que os sujeitos vão se articular e reivindicar suas pautas, aqui precisamente envolvendo os casos de racismo. Raul (2019) indica que as ações empreendidas pelo movimento negro dentro do ciberespaço possibilitam que este espaço seja uma efetiva ferramenta de enfrentamento ao racismo na sociedade cujo foi, durante muito tempo, calado e ignorado por boa parte das principais empresas midiáticas, sejam as tradicionais (rádio, TV, jornal impresso) seja nas novas mídias, como as plataformas de redes digitais.

É por meio de um interesse central e unificador que as comunidades on-line mantêm suas interações e relações sociais no espaço virtual, uma vez que é a partir desse interesse comum que os sujeitos se reúnem para debater aspectos relacionados a um tema específico (Kozinets, 2014). Dessa forma, os perfis do Instagram da @africanizeoficial e do @sitemundonegro, por meio da conectividade virtual e ocupação do ciberespaço, são verdadeiras ferramentas de visibilidade das pautas relacionadas à comunidade negra no Brasil. Empoderando, denunciando e democratizando os espaços de poder conquistados por esta população historicamente excluída, de forma compulsória, dos centros de destaque e do processo de midiatização, sendo um elo para a expressão das territorialidades da negritude.

5 Conclusão

Nos parâmetros geográficos, demarcar territórios significa, também, expressar territorialidades, estas, materiais e simbólicas. Assim, demarcar telas significa, também, demarcar territórios, mesmo que estes sejam digitais. Por ser historicamente e estruturalmente racista, a sociedade brasileira não só subverteu as territorialidades negras, como as estigmatizou e impediu, materialmente e imaterialmente, de assumir e ocupar determinados campos da sociedade, entre elas, as mídias tradicionais e as digitais.

Em detrimento das verticalidades midiáticas, surgem alternativas paralelas, encabeçadas, dessa vez, por quem sofreu genocídio e epistemicídio ao longo dos séculos. As alternativas horizontais se dão por meio da comunicação da comunidade negra para a comunidade negra, visibilizando e ampliando vozes que sofreram tentativas de silenciamento, ampliando contextos de uma comunicação que visa visibilizar as diversas pautas da negritude.

As diferentes esferas sociais, históricas e culturais, criam graus diferentes de consciência racial, dentre as diversas facetas das expressões negras temos as instituições das religiões africanas, as bases populares negras e a militância negra, que compartilham a histórica exclusão de suas identidades (Munanga, 2019). Com base neste imperativo, esta pesquisa nos fez refletir sobre como os perfis

analisados contribuem para a retomada política desta história da exclusão, modificando e desmantelando estruturas racistas.

Diante disso, este estudo investigou os perfis supracitados ao longo do texto, mostrando formas alternativas das mídias digitais contemporâneas, produzindo um movimento de comunicação paralela e contra hegemônico e combativo, dando novos contornos para as (r)existências negras. Portanto, consideramos que os respectivos perfis investigados são exemplos relevantes no interior dos espaços virtuais e fora deles, visto que são enunciadores de espaços que reconfiguram o virtual e o material e fortalecem novas formas de ativismos que não se limitam às fronteiras geográficas, ou seja, o ativismo digital.

6 Referências

ALENCAR, B. R. de O; SILVA, W. R. C; FRANÇA, M. S. Território e populismo digital: uma visão cibergéografica a partir do bolsonarismo. **Convergências: Estudos em Humanidades Digitais**, Goiânia, v. 1, n. 04, p. 104–123, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ifg.edu.br/cehd/article/view/962/921> Acesso em: 10 fev. 2024.

ALMEIDA, A. P; PINTO, L. C. Mulheres negras artistas visuais e as disputas por afirmação nas redes sociais: uma ponte entre o Brasil e o Panamá. In: **INTERCOM – CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO**, 44., 2021, Virtual. Anais do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Virtual: Intercom, 2021. p. 1–14. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2021/resumos/dt5-cd/ana-paula-almeida.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2024.

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

AMORIM, C. R. T. C. Da pronúncia da dominação às pronúncias existências amazônicas como constituintes do bem viver coletivo. In: COSTA, A. C *et al.* (org.). **Narrativas midiáticas contemporâneas**: Amazônia. São Luís: Editora Vert, p. 23-60, 2024.

BASTIDE, R; FERNANDES, F. **Brancos e Negros em São Paulo**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

BERTH, J. **Empoderamento**. São Paulo: Pólen Produção Editorial LTDA. (Coleção Feminismos Plurais), 2019.

BORGES, J. **Encarceramento em massa**. São Paulo: Pólen Produção Editorial LTDA. (Coleção Feminismos Plurais), 2019.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CASTRO, I. E. **Geografia e política**: território, escalas de ação e instituições. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

COLLINS, P. H; BILGE, S. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

CORREIA, R. L. L. O Quilombo dos Palmares, a imprensa negra e as redes de negritude: trajetória e representações do poder do Movimento Negro. *In*: VII Colóquio Semiótica das Mídias, 7, 2018, Japaratinga. Anais do VII Colóquio Semiótica das Mídias. Japaratinga: CISECO, p. 1–15, 2018. Disponível em: <http://www.ciseco.org.br/images/colloquio/csm7/CSM7_RosaCorreia.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2024.

COELHO, C. B. **Povos Indígenas Contemporâneos**: os Mebêngôkre-Kayapó e sua relação com a internet. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará. Belém, 2024.

39

DAMATTA, R. Digressão: a fábula das três raças, ou o problema do racismo à brasileira. *In*: **Relativizando**: uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, p. 58-87, 1990.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

DIAS, L. R; ANDRADE, A. B; CARDOSO, C. Resistências negras infantis no ciberespaço. **Journal of African and Afro-Brazilian Studies**, Paraná, v. 1, n. 1, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/afro/article/view/86184?utm_source=chatgpt.com>. Acesso em: 12 fev. 2024.

ESTEVES, L; CAL, D. Da incomunicação à comunicação decolonial: mulheres indígenas contra invisibilidades e estereótipos. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, São Paulo, v. 22, n. 42, p. 67-77, 2023. Disponível em: <<https://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/994/920>>. Acesso em: 19 jan. 2024.

FACINA, A. Sujeitos de sorte: narrativas de esperança em produções artísticas no Brasil recente. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 65, n. 2, p. 1-34, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2022.195924>>. Acesso em: 30 jan. 2024.

FAUSTINO, D; LIPPOLD, W. **Colonialismo digital**: por uma crítica hacker-fanoniana. São Paulo: Boitempo Editorial, 2023.

FRAGOSO, S; REBS, R. R; BARTH, D. L. Territorialidades virtuais: identidade, posse e pertencimento em ambientes multiusuários online. **MATRIZes**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 211-225, 2011. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/matrices/article/view/38317/41166>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala**. São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda, 2019.

FERRAZ, A. T. R. Movimentos sociais no Brasil contemporâneo: crise econômica e crise política. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 135, p. 346-363, maio 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.182>>. Acesso em: 03 mar. 2024.

40 GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

HAUFBAUER, A. Ideologia do branqueamento: racismo à brasileira. In: **Atas do VI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**. Porto, 2000. Disponível em: <<https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7079.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2024.

ISRAEL, C. B. **Redes digitais**: espaços de poder: por uma geografia da internet. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2021. 376 p.

KOZINETS, R. **Netnografia**: realizando pesquisa etnográfica online. Belo Horizonte: Penso Editora, 2014.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. n-1 edições, 2021.

MUNANGA, K. **Negritude – usos e sentidos**. São Paulo: Autêntica Editora, 2019.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.

NOVAIS, F. A. Condições da privacidade na colônia. In: SOUZA, L. de M. E (Org.). **História da vida privada no Brasil**: cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, p. 13–39, 1997.

OLIVEIRA, J. S. L. de. “Nunca faça isso no Instagram”: a construção retórica de posts de conteúdo em carrossel no Instagram. **Diálogo das Letras**, Paus de Ferros, v. 11, p. 1-20, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.apps.uern.br/index.php/DDL/article/view/4042>>. Acesso em: 15 mai. 2024.

OLIVEIRA, J. P. **O nascimento do Brasil e outros ensaios**: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

POLASTRINI, L; CONCHA, J. P. P; COSTA, P. S. S. O pensamento intelectual indígena no ciberespaço: uma mirada decolonial e extensão de suas memórias. **Communitas**, Cruzeiro do Sul, v. 5, n. 10, p. 43-54, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufac.br/index.php/COMMUNITAS/article/view/4933/2832>>. Acesso em: 18 fev. 2024.

RAUL, J. M. Entre silêncios e protestos: uma reflexão sobre escrita preta no ciberespaço. **Revista Docência e Cibercultura**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 166-194, 2019. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/re-doc/article/view/44955/31791>>. Acesso em: 19 jan. 2024.

41

RODRIGUES, J. N; AZEVEDO, D. A. Pandemia do coronavírus e (des)coordenação federativa: evidências de um conflito político-territorial. **Espaço e Economia: Revista Brasileira de Geografia Econômica**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 1-11, 2020. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/espacoeconomia/12282>>. Acesso em: 9 mai. 2024.

RIOS, A. M; MATTOS, H. M. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 5, p. 170-198, 2004. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2237-101X005008005>>. Acesso em: 18 jan. 2024.

SARMENTO, R; VIANA, L. A pesquisa brasileira sobre ativismo político online: mapeamento de publicações em periódicos de 2000 a 2020. **Revista Agenda Política**, São Carlos, v. 10, n. 2, p. 157-177, 2022. Disponível em: <<https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/703/396>>. Acesso em: 5 mai. 2024.

SERPA, A. **Lugar e mídia**. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

SILVÉRIO, V. R. Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, p. 219-246, 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cp/a/RkKqjbycXDYS93kh8bNdLLs/>>. Acesso em: 30 abr. 2024.

ZANOTTI, L; PACE, R. Breve história midiática dos Mẽbêngôkre-Kayapó de A'Ukre. *In:* SANTAELLA, L; CRUZ, K (Orgs.). **Amazônia Digital**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, p. 67-83, 2024.

Black virtual territorialities: the diverse forms of (r)existence in cyberspace

ABSTRACT: Historically, racism against non-white people has been a structural part of Brazilian society. The black population suffers most from this stigma, due to the history of slavery and their lack of social integration after abolition. Excluded from various social and political spheres, including the media, the black population still suffers the consequences of this period today. However, it continues to resist and redefine spaces, with the digital environment being one of these places of resistance and redefinition. From this perspective, this article investigates the emerging appropriation of the blackness movement within cyberspace, analyzing two Instagram profiles, @africanizeoficial and @sitemundonegro, respectively. Through specialized literature and netnography as a methodology, it was found that, by appropriating virtual space, the Black community expresses its virtual/Black territorialities, a front line in the fight against racism in cyberspace.

KEYWORDS: Cyberspace; Instagram; Black; Blackness; Territorialities.

Territorialidades virtuales negras: las diversas formas de (r)existencia en el ciberespacio

43

RESUMEN: Históricamente, el racismo contra las personas no blancas es parte estructural de la sociedad brasileña. La población negra es la que más sufre este estigma, debido al pasado esclavista y a su falta de integración social tras la abolición. Excluida de diversos ámbitos sociales y políticos, incluidos los medios de comunicación, la población negra sigue sufriendo hoy en día las consecuencias de ese periodo. Sin embargo, sigue resistiendo y reinterpretando espacios, siendo el medio digital uno de esos lugares de resistencia y reinterpretación. Desde esta perspectiva, este artículo investiga la apropiación emergente del movimiento de negritud en el ciberespacio, analizando dos perfiles en Instagram, respectivamente @africanizeoficial y @sitemundonegro. A través de la literatura especializada y la netnografía como metodología, se constató que, al apropiarse del espacio virtual, la comunidad negra expresa sus territorialidades virtuales/negras, primera línea en la lucha contra el racismo en el ciberespacio.

PALABRAS CLAVE: Ciberespacio; Instagram; Negro; Negritud; Territorialidades.